



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE LICENCIATURA
INTERDISCIPLINAR EM **EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Santo Antônio de Pádua

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
A LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	06
Justificativa, Marco Conceitual, Metodológico e Legal.....	11
Objetivos Gerais	13
Objetivos Específicos.....	14
Perfil do profissional: Descrição do perfil do egresso	14
Organização Curricular.....	18
Infraestrutura Física e Acadêmica do Curso.....	23
POLÍTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	27
Diagnóstico da situação atual.....	27
Metas a serem alcançadas com cronograma de execução	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INTRODUÇÃO

Santo Antônio de Pádua, onde está localizado o Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da UFF, encontra-se no vale do rio Pomba – afluente do Paraíba do Sul, no noroeste do estado do Rio de Janeiro, a 274 quilômetros da capital. Limitado pelos municípios de Miracema, Itaocara e Cambuci e tendo Minas Gerais na divisa oeste, Santo Antônio de Pádua se estende ao longo das margens do rio, circundado por pequenos montes.

O Noroeste Fluminense é uma região que reúne treze municípios. Além de Santo Antônio de Pádua, segundo centro regional, compõem a região: Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Itaocara, Italva, Lage do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, São José de Ubá, Varre-Sai e Itaperuna.

As transformações ambientais que essa região atravessou nos ajudam a situar aspectos importantes de sua cultura. Originalmente um trecho de Mata Atlântica, a extração de madeira foi apenas o início do desnudamento da terra. A força motriz que expulsaria a floresta dessa região seria a cafeeira. Os bons preços da terra, aliados ao controle já alcançado sobre as populações nativas, foram determinantes na escolha do novo lugar. A ocupação das terras do vale do Paraíba e das regiões adjacentes pelo café não atendeu a nenhum tipo de planejamento, de forma que a floresta foi abatida sem que se tomasse em conta a necessidade de áreas preservadas, inclusive para manutenção das próprias condições climáticas necessárias ao cultivo do café. O que se deu foi um desflorestamento a esmo, transformando a região em um imenso tabuleiro de xadrez onde as faixas descontínuas, ora tomadas pela mata, ora pelos cafezais, estendiam-se lado a lado. O próprio manejo do café na região não atendeu a condições mínimas para uma maior produtividade. De forma que o café, de todo modo, estava destinado a uma existência curta no vale do rio Pomba. Com o café, desenhou-se uma nova paisagem, a necessidade de transporte do café foi elemento determinante na abertura de estradas que viabilizaram o escoamento da produção em carros de bois e tropa de burros. Os capitalistas do café organizados introduziram na paisagem o traçado da linha férrea. Essa riqueza, contudo, tinha prazo certo para acabar, pois as técnicas predatórias que



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

caracterizavam a cafeicultura na região por si só já anunciavam o término do período áureo.

A partir dos anos de 1940, a população de Santo Antônio de Pádua dá início a um fluxo migratório crescente para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse período é coincidente ao de substituição da cafeicultura pela pecuária e ao início da pequena atividade industrial do município. A pecuária veio acentuar ainda mais o caráter predatório na relação com o ambiente, pois, a substituição da lavoura do café pela criação de gado não poupou áreas com vistas ao reflorestamento. Pelo contrário, a pecuária favoreceu a retirada das últimas reservas.

Santo Antônio de Pádua e região mantém ainda hoje atividade de pecuária intensiva e extensiva, sendo essa última de corte e leiteira. No rastro da pecuária leiteira, emergiu na região uma pequena indústria de resfriamento, preparação e fabricação de produtos de leite que têm por pólo aglutinador uma cooperativa de produtores locais. Tal indústria se mantém até os dias atuais atingindo um mercado apenas regional. Das atividades industriais, a que mais se destaca é a de papéis e papelão, empregando maior número de pessoas e deixando suas marcas na paisagem. No final dos anos de 1980, início de 1990, a indústria de papéis buscou adequar-se às novas exigências ambientais, processando os dejetos industriais antes de lançá-los ao rio, modificando ao menos os aspectos visíveis da poluição.

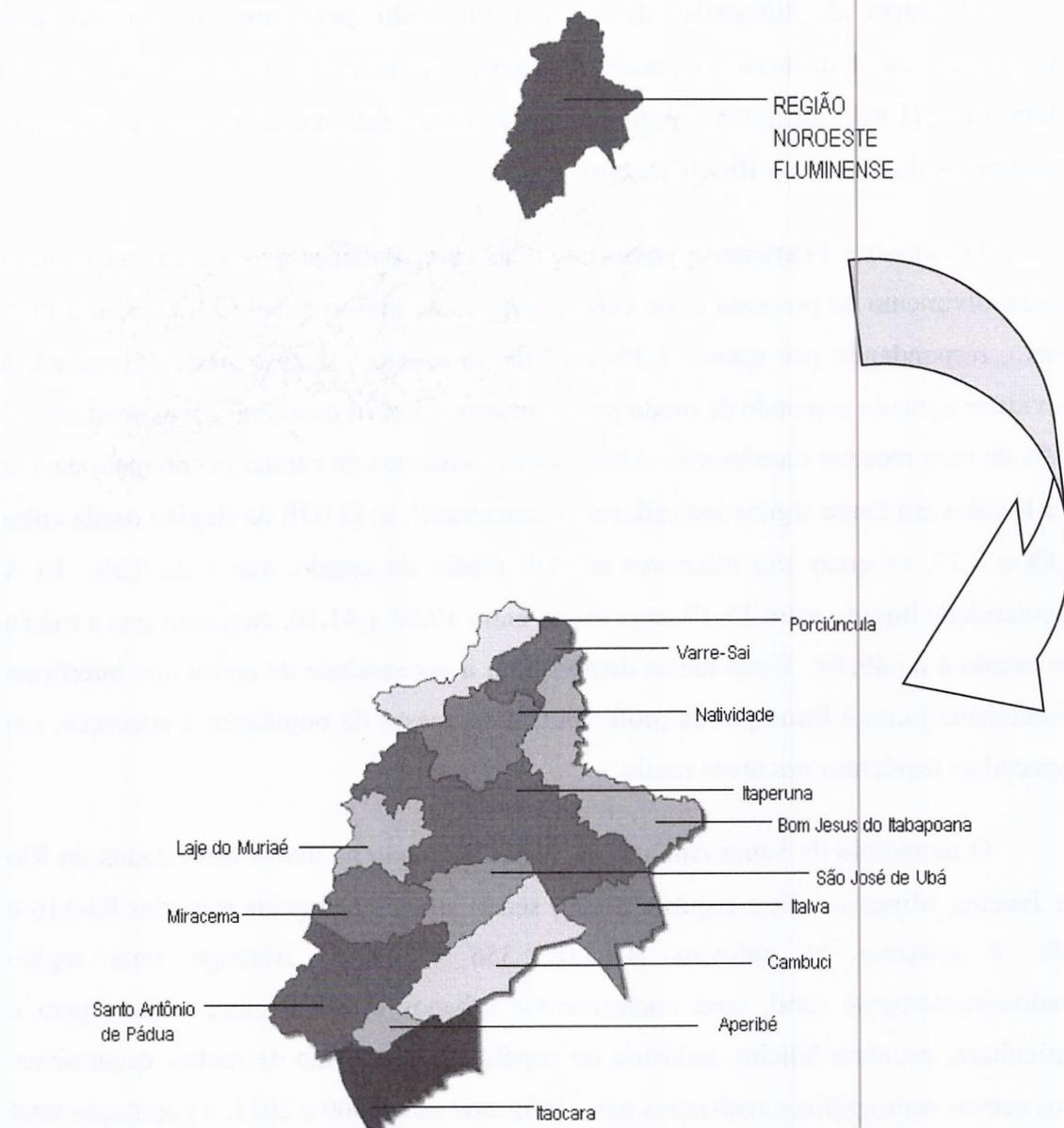
O processo de desertificação vem se acelerando no Noroeste Fluminense. O índice pluviométrico é muito baixo e o clima torna-se a cada ano mais quente. Nesse contexto ambiental, expande-se na região a atividade de extração de mármore, granito, calcáreo e a indústria de pedras ornamentais. Da paisagem de floresta tropical à pedra nua, apenas 200 anos se passaram entre a exuberância e a aridez.

É nesse ambiente degradado que sobrevivem as famílias do campo, consistindo em ampla maioria em representantes da agricultura familiar em pequenos lotes de terra, em meeiros, terceiros e camaradas a dia. É nesse contexto que nos colocamos a pensar uma educação que tome esses sujeitos como protagonistas na construção de processos



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

educativos emancipadores e afirmativos das especificidades sócio-culturais e políticas do homem do campo.



Região Noroeste Fluminense



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

A LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Curso de Educação do Campo oferecido pelo Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), *Campus* da Universidade Federal Fluminense (UFF), localizado no município de Santo Antônio de Pádua, no Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

O Noroeste Fluminense possui algumas características que tornam relevante o desenvolvimento da proposta deste curso. Trata-se de mesorregião do estado com PIB¹ baixo, respondendo por apenas 1,2% do PIB do estado. Incluso neste percentual, a atividade agrícola responde de modo predominante, vindo a constituir aproximadamente 70% de suas receitas econômicas. Além destes elementos de caráter econômico, devem ser levados em conta alguns indicadores educacionais²: a) O IDE da Região oscila entre 0,68 e 0,77, os quais são inferiores ao IDE médio do estado, que é de 0,80. b) A escolaridade líquida entre 15-17 anos oscila entre 19,50 a 41,10, enquanto que a média do estado é de 49,10. Estes dados demonstram a necessidade de ações que interfiram diretamente junto à formação de professores e ao acesso da população à educação, em especial os residentes nas áreas rurais.

O município de Santo Antônio de Pádua é situado na divisa dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, sendo atravessado pelas rodovias RJ-116 e 186, e próximo às rodovias BR-116, 356 e 492. Abrange uma região predominantemente rural, com nucleamentos urbanos e, atualmente, voltada para a agricultura, pecuária leiteira, indústria de papéis e extrativismo de rochas decorativas. Nos censos demográficos realizados pelo IBGE nos anos 2000 e 2013, a população total residente foi estimada em 38.692 e 41.035 respectivamente.

Esta região começa a ser ocupada no século XIX durante o período cafeeiro, e, assim como muitos municípios brasileiros, vivencia o processo de empobrecimento de sua economia, com a quebra do café em 1929. A região se depara com uma fase

¹ FONTE: www.ceperj.gov.br

² FONTE: www.ide.mec.gov.br.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

longínqua de estagnação, a qual interfere nas condições materiais de vida da população, nas possibilidades de incremento da infraestrutura industrial, na oferta de bens de consumo coletivo, no transporte (com a extinção da malha ferroviária) e no apagamento da visibilidade empreendedora do lugar. Nesta época, a falta de financiamento para a educação impede significativamente o acesso à escola básica, tornando o ingresso dos estudantes em cursos de graduação, uma realidade em grande parte impossível aos filhos das classes populares.

Em meados do século XX, com o crescimento urbano no Brasil, são instaladas indústrias de pequeno e médio porte no município de Santo Antônio de Pádua, e, posteriormente, a atividade extrativista de rochas ornamentais se dirige ao empreendedorismo industrial. A ampliação da oferta de trabalho não é completamente acompanhada da necessidade de formação profissional, fazendo com que grande parte dos trabalhadores mantenha baixa escolaridade.

Santo Antônio de Pádua pode ser considerada uma *cidade local*, se considerarmos a denominação do geógrafo Milton Santos. Para ele, uma *cidade local* não é distinta a partir de critérios demográficos, e sim por desenvolver alguma autonomia no que se refere à prestação de serviços básicos à população. A prestação de serviços de consumo coletivo (saúde, segurança, jurídico, educacional), associada à existência de um número significativo de trabalhadores que não residem no município, faz com que em Santo Antônio de Pádua circule, diariamente, um número expressivo da população residente em seu entorno. Isso confere ao município uma estratégica localização geográfica que, conjugada à baixa oferta de ensino superior público na quase totalidade dos municípios pertencentes às microrregiões limítrofes e ao projeto político a favor da escolarização da população do interior, se materializaram na construção do *Campus* da UFF em Santo Antônio de Pádua.

Para fins de análise do contexto regional no qual se insere este projeto, foram observados dados referentes às seis microrregiões que circundam a microrregião de Santo Antônio de Pádua, a saber: (i) Microrregião de Campos dos Goitacazes (RJ); (ii) Microrregião de Cantagalo-Cordeiro (RJ); (iii) Microrregião de Itaperuna (RJ); (iv)



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Microrregião de Santa Maria Madalena (RJ); (v) Microrregião de Muriaé (MG); (vi) Microrregião de Cataguases (MG). Estas microrregiões são formadas por 59 municípios que, embora disponham de estruturas político/administrativa/territoriais distintas, têm proximidade garantida pelo trânsito contínuo dos habitantes. Este fluxo se deve às oportunidades de trabalho; à procura de bens de consumo coletivo oferecidos pelo poder público; à inserção em redes de relações familiares e sociais e outros fatores que interferem junto ao apagamento de fronteiras e marcas de distinção. A distância entre estes municípios e Santo Antônio de Pádua varia entre 15 e 140 quilômetros, sendo que os deslocamentos intermunicipais diários fazem parte da vida cotidiana do lugar.

Segundo dados do PNUD, os IDHMs dos 6 municípios que presidem as microrregiões situadas no entorno de Santo Antônio de Pádua são avaliados como “altos”, com exceção de Santa Maria Madalena, considerado “médio”. O município de Santo Antônio de Pádua apresenta, em 2010, IDHM de 0,718; Cataguases, 0,751; Muriaé, 0,734; Campos dos Goytacazes, 0,716; Cantagalo/Cordeiro, 0,709 e 0,729, respectivamente; Itaperuna, 0,730 e Santa Maria Madalena, 0,668. Considerando o IDHM do estado de Rio de Janeiro, de 0,761, comparando todos estes índices ao líder do ranking, São Caetano do Sul (SP), com 0,862, e observando que estes municípios localizam-se na região Sudeste do país, os resultados se mostram tímidos. É relevante ressaltar, contudo, que os índices dos municípios que compõem as 6 microrregiões obtiveram elevação desde a primeira mensuração, em 1991. Os fatores renda, longevidade e educação da população foram positivamente alterados nos últimos dez anos. Em se tratando de educação, diversos fatores têm interferido junto ao ingresso e permanência do estudante na escola, tais como a promulgação de uma nova legislação para o financiamento da educação, a ampliação das condições de deslocamento da população, o incremento do poder aquisitivo familiar, a crescente universalização às mídias digitais.

Segundo dados do Censo da Educação Superior INEP/2012, a matrícula no Ensino Superior, no Brasil, teve um crescimento de 80% nos últimos dez anos, o que sugere que não somente os concluintes do Ensino Médio têm buscado esta modalidade de ensino, mas também que um número expressivo de estudantes que concluíram a



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

educação básica há alguns anos ou décadas, têm retornado à sala de aula. O processo de interiorização do Ensino Superior, atrelado à renovação das condições de acesso e alteração das condições materiais de vida da população, tem favorecido esta expansão inédita na história da educação brasileira.

Estes dados coadunam com a relevância da oferta de ensino superior público no município de Santo Antônio de Pádua, a qual interfere diretamente nas aspirações de escolarização da população local e regional. Os dados do Censo Educacional INEP/2013 apontam que nas 6 microrregiões que circundam o município, há 46.585 estudantes matriculados na Educação Infantil; 183.774 estudantes matriculados no Ensino Fundamental e 50.657 estudantes matriculados no Ensino Médio. Dentre estes 59 municípios, ainda há pouca oferta para a continuidade dos estudos: há quatro Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia localizados nos municípios de Campos dos Goytacazes (RJ), Bom Jesus do Itabapoana (RJ), Itaperuna (RJ) e Muriaé (MG), além de duas universidades públicas estaduais, localizadas em Campos dos Goytacazes (RJ) e Carangola (MG). As demais ofertas de ensino superior na região são provenientes de faculdades privadas, com corpo docente horista e escassa aderência à pesquisa científica e ações extensionistas.

É neste contexto que a Universidade Federal Fluminense (UFF) se insere em Santo Antônio de Pádua no ano de 1984, com a oferta inicial de apenas um curso (Licenciatura em Matemática). Durante 26 anos, o polo da UFF em Santo Antônio de Pádua desenvolveu suas atividades em espaços públicos e privados que não lhes eram próprios, com estruturas precárias e com poucos professores concursados. Não obstante isso, na primeira década do século XXI, docentes, servidores e estudantes dedicaram-se ao projeto de construir em Santo Antônio de Pádua uma unidade de formação de professores, projeto que passou a fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFF e que foi concretizado após a formulação de uma política federal de ampliação do ensino superior (REUNI), na qual a UFF ofereceu atenção especial à interiorização.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

O INFES foi criado pela resolução CUV 75/2009, de 27 de maio de 2009, com vocação direcionada, muito especialmente, à licenciatura. Nos últimos 5 anos, o INFES expandiu consideravelmente seus quadros, passando de 14 (quatorze) docentes para 79 (setenta e nove), de 6 (seis) técnico-administrativos para 23 (vinte e três) e contando, ainda, com 3 (três) bibliotecários e 01 (um) auxiliar da biblioteca.

O curso de Pedagogia foi criado neste mesmo ano de 2009 e muitos avanços têm ocorrido a partir desta ocasião, como a organização de comissões para elaboração de projetos pedagógicos de novos cursos; a abertura de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos; os esforços institucionais para a construção de uma sede própria; a reestruturação administrativa com eleição do diretor de unidade, coordenador de curso e chefia departamental; a criação do Departamento de Ciências Humanas (PCH) e do Departamento de Ciências Exatas, Biológicas e da Terra (PEB); o crescimento de matrículas discentes e muitas outras conquistas, frutos do trabalho coletivo.

Atualmente, o INFES desenvolve suas atividades em instalações próprias, sendo que estão em andamento projetos para ampliação estrutural e acadêmica. São oferecidos os cursos de Licenciatura em Matemática, Pedagogia, Ciências Naturais, Computação, Física e Matemática, um Bacharelado em Matemática e da Educação do Campo. Além dos cursos de graduação, existem duas pós-graduações *strictu sensu* - Mestrado em Ensino e Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na instituição têm transformado a realidade do município de Santo Antônio de Pádua e região. O avanço da cultura universitária tem afetado diversos setores, delineando um perfil profissional fundado na criticidade, nos princípios éticos, na responsabilidade e justiça social. A entrada da universidade na escola básica, por meio de diversos projetos, tem contribuído para a ressignificação da prática, e a participação efetiva dos estudantes universitários em diversas instâncias sociais tem alterado qualitativamente as relações com a população local. Junto a isso, os estudantes têm usufruído de oportunidades às quais muito dificilmente teriam acesso, tais como intercâmbios no exterior, participação de



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

eventos científicos e em projetos de pesquisa, extensão e iniciação à docência. Em se tratando de uma região situada no interior do estado, as possibilidades advindas com a implantação do INFES podem ser avaliadas como bastante positivas.

O curso se apresenta como a expressão concreta do compromisso social da universidade pública na realização de atividades que promovam o bem estar coletivo, a formação geral e a emancipação humana. O fato de constituirmos um Instituto que tem como uma das prerrogativas a formação de professores coloca nossa tarefa como estratégica no desenvolvimento de outras sociabilidades possíveis pautadas pela solidariedade e desenvolvimento coletivo e eleva nosso compromisso ético político ao patamar da construção/ desenvolvimento da região mais pobre do estado do Rio de Janeiro.

Justificativa, Marco Conceitual, Metodológico e Legal

O esforço feito pelo Estado Brasileiro em ampliar a oferta da educação básica desde a assinatura dos acordos internacionais de garantia de educação para todos permitiu a quase universalização da oferta das séries iniciais. No entanto, o ensino médio continua como um desafio, em especial nas áreas rurais³.

O Brasil corre ainda o sério risco de ficar sem professores do ensino médio na rede pública na próxima década. A pesquisa realizada pelo IPEA mostra que em um universo de 2,5 milhões de educadores, cerca de 60% estão mais próximos da aposentadoria que do início de carreira⁴.

³ A escassez e a falta de formação de professores encontram-se entre os vários fatores responsáveis por esse quadro. Segundo dados do INEP, há uma carência de 235 mil professores para o ensino médio no país, principalmente nas áreas de ciências da natureza. Associado a esse quadro, a evasão nos cursos de licenciatura nas universidades de todo país é excessivamente elevada, por vários fatores que vão desde a repetência sucessiva nos últimos anos à falta de recursos para os alunos se manterem nos mesmos. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>

⁴Brasil em Desenvolvimento: Estado Planejamento e Políticas Públicas. http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf; Juventude e Políticas Sociais no Brasil. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf; Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_17/volume02/04_capt01.pdf



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Cabe destacar que, à medida que evolui o nível de ensino dos jovens no campo, seja em assentamentos ou não, diminui o seu acesso à educação. Em geral, segundo dados do próprio governo há carência de oferta de níveis de ensino mais elevados nas escolas do campo, já que as mesmas oferecem apenas o ensino fundamental, quase sempre de 1ª a 4ª série. Portanto, há uma ausência das modalidades de ensino médio, ensino profissional (básico e técnico), educação de jovens e adultos (EJA) e ensino superior, situação que provoca não só o atraso escolar, mas também o êxodo rural dos jovens estudantes.

Na região noroeste do estado do Rio de Janeiro, diante dos bolsões de pobreza que apresenta, o desafio é duplo: garantir o acesso e permanência e trabalhar na perspectiva de superar esta condição econômica. Entendemos assim que a função social da educação se apresenta com maior vigor em nossa região. Esta também apresenta carência na qualificação de docentes das mais diversas áreas sendo este o motivo de implantação do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior /UFF e sua vocação inicial: garantir um espaço acadêmico de formação de docentes para a educação básica. Na busca de atender a demanda colocada por uma região eminentemente agrária e extrativista, e que vive um longo período de estagnação ampliando os problemas econômicos e sociais, este Instituto abraçou a proposta do PROCAMPO por entender que a oferta da educação se apresenta como o primeiro e talvez mais importante passo para superar os desafios do desenvolvimento nesta região.

Consideramos que o trabalho pedagógico não dissocia a educação em geral da formação. Neste sentido o preparo do docente incluirá a compreensão e apropriação de equipamentos e tecnologias educacionais, culturais e de informação que permitam uma atuação que integre as várias dimensões da vida do estudante no campo, sendo capaz de ampliar as possibilidades de inserção do jovem do ensino médio na sua comunidade tanto pelo trabalho como pela dimensão cultural, social e ético-política.

Neste sentido, nosso PPP buscará como elemento síntese da reflexão e atuação pedagógica a dimensão politécnica, ou seja, a compreensão dos processos de trabalho no campo e sua relação entre si e com o mundo no qual se insere. Os grandes eixos de



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

nossa intervenção se apresentam como Trabalho, Educação e Cultura entendidos como as manifestações das formas de ser e de estar no mundo. Assim sendo, nossa intervenção visa tanto a dimensão teórica quanto prática e não dissocia a vida da escola e do trabalho. O curso aponta para a multi e a interdisciplinaridade: a multidisciplinaridade, ou seja, o estudo de um objeto por várias disciplinas diferentes e a interdisciplinaridade, por sua vez, caracteriza-se como uma estratégia de integração metodológica, seja para fins tecnológicos, epistemológicos, ou pedagógicos, podendo gerar novos campos de conhecimento, ou procedimentos inovadores para responder a novas necessidades sociais. Sendo este nosso horizonte de busca, pois entendemos que esta é parte do processo investigativo do curso em sua essência.

Objetivos Gerais

- Formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica como ferramenta de desenvolvimento social;
- Desenvolver estratégias de formação para a docência multidisciplinar em uma organização curricular por áreas do conhecimento nas escolas do campo;
- Desenvolver ações pedagógicas nas quais a pesquisa é a síntese teórico-prática na busca por uma intervenção interdisciplinar dos fenômenos relacionados à formação para a docência no e do campo;
- Contribuir na construção de experiências alternativas de organização do trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a qualidade exigida pela dinâmica social contemporânea com vistas à superação da desigualdade não só nesta modalidade formativa, mas também nas condições objetivas de vida da população do campo;
- Estimular na nossa Instituição e nos parceiros da implementação desta Licenciatura ações articuladas de ensino, de pesquisa e de extensão voltadas para demandas da Educação do Campo.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Objetivos Específicos

- Formar e habilitar profissionais em exercício na educação fundamental e média que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional.
- Habilitar professores para a docência multidisciplinar em escolas do campo nas grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais;
- Formar educadores para atuação nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em escolas do campo cuja intervenção pedagógica contribua para o desenvolvimento das relações sociais no campo com vistas à construção de seres humanos autônomos e com relações sustentáveis com a natureza e os demais seres humanos;
- Preparar educadores para a implantação de escolas públicas de Educação Básica nas comunidades camponesas;
- Capacitar docentes para uma atuação pedagógica de perspectiva multi e interdisciplinar com vistas à formação humana em sua totalidade;
- Desenvolver como elemento fundamental de investigação a concepção interdisciplinar de forma que se tornem eixos investigativos em nosso instituto e que o egresso também possa continuar este trabalho investigativo em suas práticas pedagógicas.

Perfil do profissional: Descrição do perfil do egresso

O Curso se propõe a formar educadores para a docência multidisciplinar em escolas do campo na área das Ciências Humanas e Sociais (Filosofia, História, Sociologia e Geografia) e irá conferir aos formandos o diploma na modalidade Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Em acordo com as “Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo” (Resolução CNE/MEC de 3 de abril de 2002) o licenciado em Educação do Campo deverá ser capaz de perceber, reforçar e construir a identidade da escola do campo, percebendo a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais,



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. E ainda incentivar e realizar estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável, em um paradigma que tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos. Tal entendimento da realidade só é possível com uma formação multidisciplinar que rompa com a lógica da fragmentação dos estudos universitários.

Especificando ainda mais o perfil do egresso, o parecer CNE/CP 9/2001 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, aponta as competências esperadas do educador:

“Competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática:

- Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissionais e como cidadãos;
- Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes.
- Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação.
- Zelar pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar sob sua responsabilidade

Competências referentes à compreensão do papel social da escola:

- Compreender o processo de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino e atuar sobre ele;



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

- Utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola, atuando em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula;
- Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;
- Estabelecer relações de parceria e colaboração com os pais dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e a comunicação entre eles e a escola.

Competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar:

- Conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às áreas/disciplinas de conhecimento que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias das diferentes etapas e modalidades da educação básica.
- Ser capaz de relacionar os conteúdos básicos referentes às áreas/disciplinas de conhecimento com: (a) os fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade; (b) os fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Compartilhar saberes com docentes de diferentes áreas/disciplinas de conhecimento, e articular em seu trabalho as contribuições dessas áreas;
- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos;

Competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico:

- Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando o conhecimento



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

das áreas ou disciplinas a serem ensinadas, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas;

- Utilizar modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de agrupamento dos alunos, para favorecer e enriquecer seu processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- Manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos;
- Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoridade e confiança com os alunos;
- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;

Competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica:

- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, com o distanciamento profissional necessário à sua compreensão;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional;
- Utilizar-se dos conhecimentos para manter-se atualizado em relação aos conteúdos de ensino e ao conhecimento pedagógico;
- Utilizar resultados de pesquisa para o aprimoramento de sua prática profissional.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional:

- Utilizar as diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, gosto pela leitura e empenho no uso da escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo e trabalho, empenhando-se em compartilhar a prática e produzir coletivamente.
- Utilizar o conhecimento sobre a organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino, sobre a legislação e as políticas públicas referentes à educação para uma inserção profissional crítica.”

Organização Curricular

O curso se desenvolverá na modalidade presencial oferecendo uma entrada anual de 40 vagas em turno integral com carga horária total de 3210 horas. Divididas em 2770 horas de carga horária obrigatória, 180 horas para disciplinas optativas, mais 60 horas de optativas de ênfase e mais 200 horas em atividades complementares. Desta forma, o curso atende plenamente as resoluções CNE 02 de 2002 e CNE 02 de 2015. O curso será integralizado em 8 (oito) períodos, sendo realizado no mínimo em 6 (seis) períodos letivos.

Disciplinas Obrigatórias

A carga horária obrigatória será composta por 2370 horas divididas em disciplinas de 60 horas, com o objetivo de formar professores habilitados na grande área de Ciências Humanas e Sociais, em conformidade com o edital de seleção N° 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012. Neste sentido, as disciplinas foram formuladas para dar uma sólida base teórico-prática no processo de ensino – aprendizagem em uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar de História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais. Por se tratar de um curso construído em



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), **todo o currículo foi elaborado prevendo uma reflexão crítica sobre a diversidade étnico-racial brasileira, sobre Direitos Humanos, bem como a conscientização sobre as questões ambientais.** Para além das discussões integradas em todo o currículo, o curso apresenta disciplinas exclusivas voltadas para a discussão destes temas, à saber:

A QUESTÃO DO CAMPO NO BRASIL

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA NO CAMPO

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

EDUCAÇÃO E SAÚDE

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA

HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

SABERES DA TERRA, CULTURA POPULAR E PATRIMÔNIO IMATERIAL NO CAMPO

Neste sentido, a Licenciatura em Educação do Campo, atende a todas as diretrizes educacionais preocupadas com a formação do cidadão capaz de uma reflexão crítica sobre Direitos Humanos, Cidadania, Questões Ambientais e Diversidade Étnico-racial e de Gênero.

Disciplinas Optativas

A carga horária de disciplinas optativas mínima será de 240 horas, divididas em 4 (quatro) disciplinas de 60 horas. O objetivo destas disciplinas é propiciar uma formação flexível, de acordo com os interesses específicos dos alunos. Ofereceremos disciplinas optativas nas áreas do conhecimento que estão na base de formação do curso (História, Geografia, Ciências Sociais e Filosofia), bem como disciplinas que aprofundarão aspectos da educação do campo, referentes a populações indígenas,



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

quilombolas, pequenos agricultores, ribeirinhos e movimentos sociais do campo e urbanos.

O Regime De Alternância

A organização curricular em regime de alternância, com base no Parecer CNE/CEB n. 1/2006 – prevê dias letivos organizados em tempo escola e tempo comunidade, com etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares) e etapas vivenciadas no próprio ambiente social e cultural rural. O “regime de alternância” se caracteriza pelo tempo na Universidade e o tempo na Comunidade. Com base na matriz curricular do projeto são estruturadas as ações do tempo comunidade a serem desenvolvidas no decorrer do Curso. Visamos construir projetos educativos que transcendam os espaços escolares formais e conquistem a formação do homem e da mulher do campo, construindo uma pedagogia **fundamentada na cultura do campo**, e incrustada profundamente numa perspectiva universal. Sendo assim, as ações primam-se em interagir o saber produzido nas universidades (em termos da ciência, de criticidade e de acesso ao conhecimento já sistematizado e em construção) com os saberes e vivências elaborados pelo homem e mulher do campo.

Toda a matriz curricular é construída a partir da integração do tempo escola e o tempo comunidade. Entendendo o **tempo escola** como o período em que o estudante participa das atividades de ensino-aprendizado no espaço universitário e o **tempo comunidade**, o período em que o mesmo participa e promove atividades necessárias à sua formação acadêmica no espaço em que vive, em sua comunidade, construindo saberes acadêmicos à partir de sua realidade cotidiana. Neste sentido, toda estrutura curricular foi concebida para integralizar componentes pedagógicos teóricos, em sala de aula, e atividades práticas, realizadas no espaço comunitário dos alunos, em conformidade com o já citado Parecer CNE/CEB n. 1/2006.

As Práticas Educativas e o Estágio

As práticas educativas estarão presentes em todo o curso desde o primeiro período, em atividades de iniciação científica, extensão universitária e outras atividades



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

promovidas no ambiente universitário. **Na grade curricular, as atividades práticas educativas estarão presentes como parte das disciplinas obrigatórias, totalizando 400 horas.** Ressaltando que a estrutura pedagógica do curso, em regime de alternância, propicia a formação em uma perspectiva teórico-prática. **A integração harmônica entre teoria e prática propiciada pela pedagogia da alternância a partir do tempo comunidade, presente em todas as disciplinas da grade curricular, atende as necessidades de carga horária mínima de “400h de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso” em conformidade com a resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.**

As práticas educativas e o estágio supervisionado constituem-se como espaços de integração teórico-prática do currículo e instrumento de (re)aproximação do aluno cursista à realidade social, econômica e pedagógica do trabalho educativo que já desenvolve nas escolas de Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Tais atividades devem ser vivenciadas, **ao longo do curso**, em espaço educativo escolar e não escolar, garantindo a inserção do aluno-professor no contexto profissional. As práticas educativas e o Estágio Supervisionado podem ser definidas como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural. Dessa forma, vai além da ação docente, das atividades pedagógicas dentro da sala de aula, abrangendo os diferentes aspectos do projeto pedagógico da escola e as relações desta com a sociedade.

A prática pedagógica é ponto de partida para a teoria e se reformula a partir dela. Supõe análise e tomada de decisões em processo, beneficiando-se do trabalho coletivo e da gestão democrática. A capacidade do professor de refletir sobre a própria prática é fonte de sua ação instituinte, transformadora. Assim, as possibilidades da escola de colaborar para a transformação social resultam do tipo de prática pedagógica que seus professores desenvolvem.

Os Estágios curriculares, bem como as Atividades Complementares e TCC seguirão as resoluções próprias da Universidade e seus regulamentos elaborados pelo Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Em acordo com as normas de TCC que constam de nossa resolução o trabalho Acadêmico de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo deve necessariamente estar atrelado ao exercício da docência na Educação do Campo, podendo ser de natureza empírica, para a produção de Projetos de intervenção com proposições e sugestões de mudanças no contexto das escolas do campo, tomando por base a documentação existente e os achados bibliográficos já estudados. As pesquisas realizadas durante os tempos-comunidade serão incorporadas processualmente nos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso.

O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser o espaço para vivenciar experiências na prática de ensino em sala de aula e em ambientes da comunidade durante o regime do Tempo-Comunidade sempre direcionando aos conhecimentos aplicados no Tempo-Acadêmico através da realização das disciplinas para a pesquisa-ação e para a elaboração do portfólio.

A Prática Educativa e o Estágio Supervisionado são constituídos de várias atividades, tais como:

- Observação de campo em diversas instâncias da estrutura educacional e de organizações educativas da sociedade tais como: Escolas, Sindicatos, ONGs, Centros Familiares de Formação por Alternância, Organizações Sociais de Trabalhadores do Campo e da Educação, Apoio de Arranjos Produtivos Locais (APLs), Secretarias Municipais de Educação e de outros órgãos de gestão pública com atuação vinculada à educação do campo, no sentido de levantar informações necessárias à compreensão do contexto educacional em que se insere o trabalho do educador.
- Encontros sistemáticos para orientação do estágio curricular obrigatório e reflexão sobre desenvolvimento das atividades acadêmicas no regime do Tempo Acadêmico;
- No regime do Tempo Acadêmico, o aluno deverá participar ativamente nas aulas da Prática Educativa para assimilação de conhecimentos pedagógicos com as dinâmicas interativas e contextualizadas, simulações e trocas de experiências, demonstrações de ações já realizadas no âmbito do ensino nas escolas do campo;



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

- A prática educativa do estágio envolve também o estudo junto à comunidade escolar sobre a Educação do Campo, a legislação educacional e o Projeto Político-Pedagógico da escola onde os educandos atuam como docentes, bem como sua elaboração.
- A opção por este tipo de distribuição da carga-horária destinada à prática educativa está na compreensão que desta forma, a prática educativa além de fortalecer a interação teoria-prática, aconteça de forma integrada aos conteúdos de cada período, e que coloquem o aluno em situação de reflexão e análise da realidade educacional.

Infraestrutura Física e Acadêmica do Curso

Em conformidade com o edital de seleção N° 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012, são previstas 15 (quinze) vagas para professores em regime de Dedicção Exclusiva e 3 servidores técnico-administrativos que viriam a compor com o quadro já existente. No momento, o curso possui 13 (treze) professores efetivos e 01 (um) técnico administrativo.

O curso de Educação do Campo é desenvolvido nas dependências do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, a partir da infra-estrutura já existente no Campus que inclui sede administrativa (secretaria unificada, sala de direção, sala de coordenadores e sala de professores), salas de aulas e laboratórios já implantados, e outros em fase implantação. Para o apoio às atividades acadêmicas o Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior conta com um conjunto de instalações e equipamentos já existentes e outros em fase de implantação. Toda essa estrutura visa oferecer ao discente as melhores condições de ensino aprendizagem. Assim sendo, serão descritos abaixo os elementos necessários à composição da infra-estrutura acadêmica do curso.

UFASA (Unidade Funcional de Administração e Salas de Aulas)

O Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior conta com uma unidade UFASA com 16 salas de aulas climatizadas com capacidade média para 45 alunos, além



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

de auditório com capacidade para 111 lugares, dotado com equipamento multimídia para projeção e som ambiente.

Transporte

A Unidade dispõe de um ônibus (45 lugares) e um veículo utilitário (15 lugares), que poderão ser usados nas visitas e nas viagens de campo nas comunidades.

Biblioteca

A Biblioteca do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior conta atualmente 2437 títulos de livros, totalizando 5041 volumes e 170 títulos de periódicos, 27 títulos de teses e dissertações totalizando 30 volumes e 29 títulos de TCC, totalizando 30 volumes. São ao todo, 2261 títulos e 5900 volumes.

Laboratório de informática

O Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior conta com um laboratório de informática com 21 computadores ligados a internet, sem contar que todo o Instituto possui rede Wi-Fi disponível para todos os alunos.

LIFE - Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores

Esse laboratório foi contemplado recentemente pelo Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - EDITAL N° 035/2012/CAPES. O LIFE/INFES tem uma área de 75 m² onde serão criados dois ambientes formativos interdisciplinares para educadores das áreas de conhecimento referentes aos cursos de licenciatura do INFES: 1) Plataforma Virtual de Aprendizagem (AVA), onde serão desenvolvidas e disponibilizadas atividades e experimentos educacionais na forma de aplicativos virtuais; e 2) Espaço Interdisciplinar de Elaboração e Aplicação de Metodologias Didáticas Experimentais, em que as atividades e os experimentos tomarão dimensões físicas. Ambos com suas especificidades materiais e organizacionais.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Laboratório de Ensino de Física

Esse laboratório já encontra-se em funcionamento disponibilizando diversos equipamentos onde os alunos podem observar e experimentar na prática vários princípios da física tais como: roldanas, cadeira de pregos etc... Outra atividade desenvolvida no laboratório é o projeto “Exposição de experimentos de Física para alunos do Noroeste Fluminense”. Esse projeto versa a construção de uma exposição de experimentos de Física, confeccionados de materiais recicláveis, de baixo custo e de equipamentos mais sofisticados, atingindo tanto os alunos da rede pública de ensino quanto à sociedade em geral. Concomitantemente às exposições, o laboratório oferece aos professores da rede pública da Educação Básica uma oficina, onde os mesmos aprendem a confeccionar alguns experimentos de Física feitos de materiais de sucatas ou de baixo custo.

Labem (Laboratório de Ensino de Matemática)

O Laboratório de Educação Matemática – LABEM – é um espaço que articula professores de Matemática de diferentes níveis e modalidades de ensino, licenciandos de Matemática, estudantes de Pedagogia, profissionais da área de Educação, Matemática, Educação Estatística e Educação Matemática. O LABEM realiza parte de suas atividades na Faculdade de Educação da UFF, em Niterói e, a partir de 2012, conta com a participação de professores do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação – INFES-UFF – localizado em Santo Antônio de Pádua. A proposta principal do LABEM é a de se constituir como um centro de referência para projetos e pesquisas na área da Educação Matemática na UFF, propiciando um espaço de reflexão, ação e intercâmbio com professores, grupos de pesquisa, movimentos culturais e educacionais. Dentre as atividades do LABEM estão a realização e a divulgação de ações e produções da área de Educação Matemática, promovendo a participação de membros de toda comunidade escolar. O LABEM, além de subsidiar as disciplinas pedagógicas e integradoras dos cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia da UFF, oferece a comunidade escolar atividades de Extensão coordenadas por seus professores e colaboradores



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Laboratório de Ciências Naturais

O laboratório de Ciências Naturais dá suporte às aulas práticas das áreas de biologia e ciências da terra, tanto do curso de Ciências Naturais quanto do curso de Educação do Campo. O laboratório contará com diversos tipos de materiais didáticos, tais como: minerais, rochas, amostras de solo, material vegetal e zoológico.

Está em fase de elaboração em nosso plano diretor o projeto que visa criar a moradia estudantil e o restaurante universitário, além de nova UFASA, o que permitirá maior permanência dos estudantes oriundos da região durante o tempo escola. Também, o uso de 02 (duas) unidades de containers que estão em fase de implementação para laboratórios da licenciatura da Educação do Campo.

Os recursos materiais para atender os acadêmicos se resumem em: Materiais de expediente para atender as dinâmicas, acervo bibliográfico específico, data-show, computadores com internet, retroprojeter, sala de vídeo climatizada, um laboratório de ensino de Física, um Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE).

Mantemos acordos com as Secretarias de Educação na Região e podemos contar com o estabelecimento de convênios para a realização do Tempo/Comunidade com experiências nas escolas rurais dos municípios atendidos por nosso Instituto posto que em nossa realidade predomina o pequeno produtor rural e a agricultura familiar e não os assentamentos.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

POLÍTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Diagnóstico da situação atual

Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária avançamos muito na proposta de democratizar a universidade, ampliar a interlocução com a sociedade e construir o conhecimento de forma a valorizar as expressões culturais locais e incorporar as demandas sociais. Este trabalho inicia-se nos anos 1980 com a inclusão da modalidade extensão como indissociável do ensino e da pesquisa já na Constituição Federal de 1988. Incorporamos em nossa proposta de trabalho a concepção de extensão expressa pelo I Encontro Nacional de Pró-reitores de extensão que sintetiza o compromisso com uma universidade mais integrada à vida e às necessidades sócias.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Imbuídos desta concepção assumimos os objetivos do Plano Nacional de Extensão Universitária e em consonância com os objetivos da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, a saber: Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado no intercâmbio com a sociedade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor; Assegurar que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade; Dar prioridade às atividades que se debruçam sobre necessidades sociais emergentes, como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda; Estimular atividades cujo desenvolvimento



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais Entre universidade e da sociedade; Ressaltar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a preservação identitária das comunidades atendidas; garantir atividades voltadas para a educação ambiental e o desenvolvimento sustentado; Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma convênios, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional; entre outros.

Compreendemos que desta forma contribuimos para criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população e possibilitamos novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber. Cumpre ressaltar que nosso Instituto tem ampla vocação extensionista indissociada da pesquisa e do ensino e realiza atividades nas áreas de Educação, Meio Ambiente, Comunicação, Cultura, Direitos Humanos.

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

Ainda de acordo com o Plano Nacional de extensão Universitária propomos como metas para o Instituto no que tange a organização da extensão universitária a apropriação dos mecanismos de avaliação de extensão universitária de nossa instituição para sua aplicação nas novas propostas de extensão vinculadas ao curso de licenciatura em educação do campo em até três anos; definição de linhas prioritárias de extensão nos planos estratégicos da coordenação do curso em até um ano; aprofundar o trabalho de integralização da extensão no currículo do curso em até quatro anos; participação das ações de fomento à extensão desenvolvidas pela PROEX/UFF a ser desenvolvida ao longo de dois anos. Cumpre ressaltar que sendo um curso no nascedouro as propostas aqui apresentadas carecem de tempo para a realização de levantamento das necessidades mais imediatas e diagnose da realidade encontrada, o que justifica os prazos apresentados junto às metas.

Na relação com a sociedade buscaremos desenvolver atividades seja no formato projetos ou programas que contribuam para a melhoria da qualidade da Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Básica no campo em até três anos; a preservação e sustentabilidade do meio ambiente, em convênios com outros Institutos e órgãos que já atuam na região e com os quais estabelecemos alguns trabalhos conjuntos como Embrapa e Instituto Terra e buscando a possível ampliação tendo em vista o trabalho de outras instituições federais de ensino cujos trabalhos reconhecemos como relevantes. Além disso, estabelecer a interlocução com as agências financiadoras, em nível nacional e internacional, em até quatro anos; Desenvolvimento de projetos ligados a melhoria da saúde e qualidade de vida da população local, em até quatro anos; a melhoria do atendimento à atenção integral à criança, adolescente em até quatro anos; Investigar a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos no atendimento ao idoso em até quatro anos; Desenvolver atividades de capacitação pedagógica para professores, monitores e coordenadores que atuem em áreas rurais sejam de assentamento, de pequena produção familiar e outras formas de organização do trabalho no campo na nossa região. Igualmente, interessa-nos o desenvolvimento de atividades voltadas ao desenvolvimento cultural e a preservação e divulgação do patrimônio cultural regional em até três anos; Desenvolver protocolos de atuação junto aos órgãos federais, estaduais, municipais e entidades não-governamentais, de programas e para a capacitação de gestores de políticas públicas, com especial relevo para o trabalho docente e as ações de cultura e meio ambiente em até três anos.

Destacamos como tarefas estratégicas a criação de espaços nos quais possamos promover cursos e de sessões de estudos com a participação de professores da educação básica, profissionalizante e superior em um ano. A promoção de semana acadêmica, em um ano e seminários municipais; regionais em três anos e talvez seminários nacionais e internacionais após quatro anos.

A Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP é o órgão responsável pela sua implementação.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

O SINAES assegura a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de ensino superior e de seus cursos.

A Universidade Federal Fluminense – UFF, com objetivo de atender a legislação em vigor, estabeleceu em sua sistemática de Avaliação Institucional um elo entre a avaliação externa e a avaliação interna. A avaliação interna é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFF que atua como elemento integralizador, considerando como base a auto-avaliação. A UFF desenvolve ações próprias de avaliação dos cursos de graduação, como a avaliação das disciplinas cursadas a cada período letivo, a avaliação institucional pelos discentes, realizada periodicamente e o estudo do perfil dos alunos vestibulandos e ingressados. Essas três sistemáticas de avaliação têm gerado dados que permitem ampliar o conhecimento acerca do ensino de graduação na instituição.

A avaliação externa é executada pelo MEC/Inep conforme o que estabelece o SINAES, indicando Comissão Multidisciplinar para proceder a avaliação das condições de ensino necessária aos processos de regulação das IES.

O processo de acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação também é parte da sistemática de avaliação externa. Considera o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares de cada curso de graduação, com a realização anual do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, que utiliza procedimentos amostrais para a identificação de alunos no final do primeiro e último ano dos cursos.

Os resultados da Avaliação Institucional constituem referencial básico para todos os processos de regulação, supervisão da educação superior e ainda fundamentam decisões no âmbito da UFF.

A UFF também atendendo ao que estabelecem as Portaria Normativa do MEC Nº 40 de 12 de dezembro de 2007 e a Portaria Normativa Nº 23 de 1 de dezembro de



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2010, realiza os procedimentos de protocolização e acompanhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos por intermédio do sistema eletrônico e-MEC, decorrendo daí a avaliação dos cursos de graduação pelo MEC.

No que refere a avaliação da aprendizagem, o sistema estabelecido na UFF considera que a aprovação do aluno terá por base notas e frequência. Encontra-se fixado no Regulamento dos Cursos de Graduação nas seções que tratam do Aproveitamento Escolar, da Reposição de Avaliação de Aprendizagem e do Regime Excepcional de Aprendizagem.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **Educação do Campo. Recortes no Tempo e no Espaço**. SP, Autores Associados, 2011.
- ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli S, MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação do Campo**. BH, Autêntica, 2010.
- BOGO, Ademar. Organização Política e Política de Formação de Quadros. SP. Expressão popular. 2011.
- BOGO, Ademar: Identidade para Além da Cultura. Em: BOGO, Ademar. **Identidade de Luta de Classes**. SP. Expressão Popular. 2010.
- BRANDÃO, Carlos. O que é o Método Paulo Freire? SP. Brasiliense. ?
- CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento sem Terra**. SP. Expressão Popular.
- CALDART, Roseli Salete (org.). Caminhos para a Transformação da Escola. SP. Expressão Popular/ ITERRA. 2010.
- FREITAS, Luiz Carlos. Formação de Quadros Técnicos ou formação Geral? Riscos de um falso Dilema para o MST. Em: VENDRAMINI, Célia Regina e MACHADO, Ilma Ferreira. **Escola e Movimento social: experiências em curso no campo brasileiro**. SP. Expressão Popular. 2011.
- FERREIRA, Fabiano de Jesus e BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico , uma realidade Concreta. Em: **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011.
- IASI, Mauro. Consciência e Metodologia da Educação Popular: contribuição à discussão metodológica. Em: IASI, Mauro. **Ensaio Sobre a Consciência e Emancipação**. SP. Expressão Popular. 2007.
- JIMENEZ. Marco Raúl M. Educação Popular: Pedagogia e Dialética. RS. Unijuí. 1989.
- MOLINA, Mônica Castagna & SÁ, Laís Mourão (Orgs.). **Licenciaturas em educação do campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UNB; UFBA e UFS)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 375 p. (Coleção Caminhos da Educação do Campo, 5).
- SANTOS, Aparecida de Fátima T. **Desigualdade Social e Dualidade Escolar. Conhecimento e Poder em Paulo Freire e Gramsci**. RJ. Vozes. 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

- SAVIANI, Dermeval. Educação Socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os desafios da Sociedade de Classes. Em: **Marxismo e Educação- debates contemporâneos**. SP. Autores Associados. 2008.
- SOUZA, M^a Antonia. **Educação do Campo. Propostas e Práticas do MST**. RJ, Vozes, 2010
- TAFAREL, Celi – **Diretrizes curriculares para educação do campo: uma contribuição para o debate**. <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=881>
- VÁRIOS. **Dicionário de Educação do Campo**. SP, Expressão Popular e EPSJV/FIOCRUZ. 2012. Organizadores: Isabel Brasil Pereira, Gaudêncio Frigotto, Paulo Alentejano, Roseli Salet Caldart.
- VÁRIOS. **Cadernos do ITERRA. II Seminário Nacional: O MST e a Pesquisa**. Ano VII- nº 14. Novembro 2007

Documentos

- INEP: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>
- Brasil em Desenvolvimento: Estado Planejamento e Políticas Públicas http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf
- Juventude e Políticas Sociais no Brasil http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf
- Políticas Sociais. Acompanhamento e Análise. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_17/volume02/04_capt01.pdf
- Proposta do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT/MEC) para o Plano Nacional de Educação. http://www.contag.org.br/imagens/f304Plano_Nacional_%20de_Educacao_%20do_%20Campo.pdf;
- Educação do Campo: Diferenças Mudando Paradigmas. <http://www.red-ler.org/educacaocampo.pdf>

Legislação Consultada

- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** .
- **Lei nº 9.394, de 20.12.96** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – regulamentada pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997;
- **Resolução CEB Nº 3, de 10 de novembro de 1999** – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

- **Parecer CNE nº 14/99** - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.
- **Parecer 36/2001 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 04/12/2001** .
- **LEI Nº 10.172, DE 09 DE JANEIRO DE 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- **Resolução CEB nº 01, de 03 de abril de 2002** – Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- **LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003** – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.
- **Decreto nº 5.051/04** , que promulga a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
- **Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/Df Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004** . Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** . CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004.
- **Parecer CEB nº 01/2006, do Conselho Nacional de Educação, de 01/02/2006** – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo.
- **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008** – Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena.
- **Lei nº 11.947/2009** – Novas Diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- **Decreto 7.352/2010 (Decreto do Executivo), de 04/11/2010** - Dispõe sobre a Política De Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA